



Especificidades no Processo de Construção e Articulação de um Acordo de Cooperação em SSAN Para a UNASUL-ASA, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) e EMBRAPA.

Autor: Fernando Antonio Hello (Embrapa, Departamento de Transferência de Tecnologia - Brasília - DF - Brasil - fernando.hello@embrapa.br)

Resumo:

A construção de um Acordo de Cooperação MCTIC-Embrapa e respectivo Plano de Ação e Projetos-Piloto para implementação de um Programa de SSAN a ser executados no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Fórum de Cooperação América do Sul e África (ASA) baseou-se, primeiramente, em intenso processo de concepção técnica, articulação, comunicação, entremeadado por reuniões de trabalho, no período de março/2015 a maio/2016.

O desenho colaborativo da proposta técnica entre atores buscava:

- 1) um estilo participativo em rede, includente, favorecendo o comprometimento dos participantes;
- 2) criar e disponibilizar espaço virtual de interação em rede;
- 3) maximizar impactos da aprendizagem via aprendizagem significativa (AUSUBEL), com conteúdos relacionados à realidade dos participantes, numa concepção dialética de educação, privilegiando construção social do conhecimento (VYGOTSKY), emancipação, transformação (FREIRE), no âmbito da andragogia (KNOWLES; SANTOS, B.);
- 4) utilizar o conceito de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) (MCTIC);


5) auxiliar o país beneficiário a desenvolver protagonismo sustentável local em SSAN, contemplando extensão rural, pesquisa local, fortalecimento institucional, construção e intercâmbio de conhecimentos, sempre via núcleos de SSAN nos países, como lógica de intervenção.

Construída coletivamente, a proposta técnica para o Programa teria apoio de pontos focais locais e das Redes já instaladas na América do Sul e na África, com apoio de governos e organismos multilaterais, buscando sustentabilidade dos avanços, e a institucionalidade necessária para o Programa atingir resultados e impactos esperados, com maior cooperação e intercâmbio internacional de tecnologias sociais e instalação de infraestrutura educacional formal e informal de qualificação de pessoas, potencializando processos de implantação do Sistema de SSAN naqueles territórios.

Também se buscava estruturar e fortalecer redes colaborativas propiciando soluções conjuntas para a pluralidade de demandas, com disseminação de conhecimentos via rede virtual, comprovadamente mais eficaz, eficiente e efetiva.

No entanto, no decorrer dos trabalhos, devido a mudanças políticas no Governo Federal, reestruturações diversas, dificuldades administrativas, orçamentárias e de pessoal, além de dificuldades políticas nacionais e com os atores internacionais, apesar do esforço na concepção do Programa, o Acordo não foi assinado, inviabilizando a execução do Projeto.

Portanto, antes da criação, construção, articulação e demais fases que compõem Projetos de Cooperação Internacional multilateral e multi-institucional, a assinatura prévia do acordo é condição essencial de sucesso, o que destaca a importância do planejamento estratégico e da hierarquização escalonada das suas diferentes etapas.



Palavras-chaves: Planejamento estratégico de projetos;
Articulação de acordos multilaterais; Cooperação internacional multilateral.
Fonte(s) de financiamento: Sem fontes de financiamento. Apenas utilização de horas técnicas dos colaboradores das instituições envolvidas.
Conflito de interesses: Não há conflitos de interesse a declarar.

Metodologias de Avaliação em Segurança Alimentar E Nutricional

Autores/as: Maria Marlene Marques Ávila (Universidade Estadual do Ceará/ Grupo de Estudos em Política de Segurança Alimentar e Nutricional - GPSAN); Janaína Lucio Dantas (Universidade Estadual do Ceará; Ercília Ferreira Lima Neta - Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN); Elizângela Assunção Nunes (Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN); Louiziana Ponceda Silva (Universidade Federal do Ceará); Roberto Sérgio Barbosa dos Santos (Universidade Estadual do Ceará/ GPSAN - robertoeduc13@gmail.com)

Resumo:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi institucionalizada no Brasil pela Lei 11.346/2006, assumindo desde então, o Estado brasileiro a responsabilidade na garantia do direito humano a alimentação adequada. Em 2010 foi instituída enquanto política pública pelo Decreto nº 7.272/2010 que regulamenta as bases para formulação dos Planos de SAN nas unidades federativas. Os marcos regulatórios de SAN ressaltam a necessidade do monitoramento e avaliação das políticas e programas, entretanto essa prática é ainda restrita. Nas últimas décadas vêm se desenvolvendo várias iniciativas por pesquisadores e órgãos governamentais buscando aprimorar a avaliação e desenvolver metodologias capazes de responder sobre o alcance das políticas e programas de SAN. Este estudo objetiva descrever algumas experiências avaliativas na área, destacando suas principais contribuições metodológicas. Destacamos pelo seu caráter pio-